

MOÇÃO

Moção de aplauso em homenagem aos 50 anos da CPT(Comissão Pastoral da Terra).

O deputado que esta subscreve vem, na forma regimental, desta Casa, inserir na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa, **Moção de aplauso em homenagem aos 50 anos da CPT(Comissão Pastoral da Terra).**

Nesses termos pede a aprovação da presente Moção.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2025.

Marcelino Galo

Deputado Estadual

Justificativa

Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil](#) (CNBB), vinculado à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz e nascido em [22 de junho de 1975](#), durante o Encontro de [pastoral](#) da [Amazônia](#), convocado pela CNBB e realizado em [Goiânia](#) (GO).

No referido encontro de Goiânia, foi proposta a criação de uma “Comissão de Terras”, ligada à linha Missionária da CNBB, que teria por objetivo: “interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins.”

Coube à Dom [Moacyr Grechi](#), que representara a Presidência da CNBB no encontro de Goiânia, encaminhar as resoluções à Presidência da CNBB e ao Conselho Episcopal de Pastoral (CEP). Tais resoluções foram aprovadas na reunião da CNBB, realizada em 26 de agosto. Na época, a CNBB era presidida por Dom [Aloísio Lorscheider](#).

Em 20 de novembro de 1975, Dom Moacyr enviou uma carta aos bispos de todo o Brasil, na qual informou sobre a criação da "Comissão Pastoral da Terra" formada de presbíteros e [leigos](#), que teria o Padre [Ivo Poletto](#) como secretário executivo. Em dezembro foi publicado o primeiro número do "Boletim da Comissão Pastoral da Terra.[\[5\]](#)"

Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral, de modo que os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os [índios](#), os [migrantes](#), as mulheres e homens que lutam pela sua [liberdade](#) e [dignidade](#) numa terra livre da dominação da [propriedade](#) capitalista.

Fundada em plena [ditadura](#) militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, [posseiros](#) e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve importante papel na defesa das pessoas contra a crueldade deste sistema de governo, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas nacionais e transnacionais, e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à [Igreja Católica](#) porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares, e porque a Igreja possuía uma certa influência política e cultural, não sendo molestada pela ditadura.

Neste período, o reconhecimento do vínculo com a CNBB ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e se manter. Mas, já nos primeiros anos, a entidade adquiriu um caráter ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs, com destaque para a [Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil](#) - IECLB.

Os posseiros da Amazônia foram os primeiros a receber atenção da CPT e, rapidamente, a entidade estendeu sua ação para todo o Brasil, pois os lavradores de outras partes também enfrentavam sérios problemas. Assim, a CPT se envolveu com os atingidos pelos grandes projetos de barragens e, mais tarde, com os sem-terra.

Terra garantida ou conquistada, o desafio era o de nela sobreviver. Por isso, a [Agricultura](#) Familiar mereceu um destaque especial no trabalho da entidade, tanto na organização da produção, quanto da comercialização. A CPT junto com seus parceiros foi descobrindo que esta produção precisava ser saudável, que o meio ambiente tinha que ser respeitado, que a água é um bem finito. As atenções, então, se voltaram para a ecologia.

A CPT também atua junto aos trabalhadores assalariados e os [bóias-frias](#), que conseguiram, por algum tempo, ganhar a cena, mas que enfrentam dificuldade de organização e articulação. Além destes, há ainda os [peões](#), submetidos, muitas vezes, a condições análogas às da escravidão.

Em cada região, o trabalho da CPT adquiriu uma tonalidade diferente de acordo com os desafios que a realidade apresentava; sem, contudo, perder de vista o objetivo maior de sua existência: ser um serviço à causa dos trabalhadores rurais, sendo um suporte para a sua organização. O homem do campo é quem define os rumos que quer seguir, seus objetivos e metas. A CPT o acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. É por isso que a CPT conseguiu, desde seu início, manter a clareza de que os protagonistas desta história são os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Finalmente, os direitos humanos, defendidos pela CPT, permeiam todo o seu trabalho. Em sua ação, explícita ou implicitamente, o que sempre esteve em jogo foi o [direito](#) do trabalhador, em suas diferentes realidades. De tal forma que se poderia dizer que a CPT é também uma entidade de defesa dos [Direitos Humanos](#) ou uma Pastoral dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

O Regional Bahia é um dos 21 Regionais da Comissão Pastoral da Terra em todo o Brasil. Na Bahia, a CPT conta atualmente com 42 agentes e 30 voluntários/as, distribuídos em sete equipes e o Secretariado Regional, localizado em Salvador, que engloba a Coordenação, as Assessorias e os Setores de Documentação e Administração.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT Bahia apoia, acompanha e assessora os povos da terra e das águas e lhes presta um serviço solidário de caráter pastoral. Em suas ações, a CPT estimula os homens e as mulheres do campo a se interligarem e criarem seus próprios movimentos e organizações autônomas.

Preocupa-se sobretudo com a violência sofrida pelos trabalhadores e trabalhadoras e com o desrespeito aos seus direitos. Os direitos e as lutas das comunidades tradicionais – quilombos, ribeirinhos, barranqueiros, fundo de pasto – também constituem um dos focos do trabalho da entidade.

E que a mesma seja encaminhada a CPT Bahia - Rua General Labatut, 78 - Barris, Salvador - BA, 40070-100
A/C: Coordenador Mauro Jakes.

GAB DEP MARCELINO GALO



ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia

Palácio Deputado Luís Eduardo Magalhães. 1ª Avenida, 130, Centro Administrativo da Bahia. CEP 41745-001. Salvador - Bahia